



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?



Novo bloqueio orçamentário atinge Educação Federal

Págs. 6 a 9

Docentes devem intensificar
apoio ao povo palestino
Págs. 10 e 11

Em defesa de financiamento
exclusivamente público para C&T públicas
Pág. 12

O ANDES-SN permanece em movimento, seja realizando os debates necessários para avançar na construção de nosso plano de lutas, seja atuando na defesa de direitos e condições de trabalho.

Neste Informandes destacamos a intensificação de ações da campanha “Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: quem conhece, defende!”, a qual busca nacionalizar as lutas do Setor em defesa de salários, carreira, condições de trabalho, direito de organização sindical e a defesa de concursos públicos. Além de ações nas seções sindicais e em âmbito nacional, a Campanha produziu uma série de materiais para subsidiar as ações das seções sindicais. Tudo isso, prepara o XX Encontro Nacional do Setor das Ies, Ims e Ides, que ocorrerá entre 18 e 20 de outubro na Uerj.

Além do Encontro Nacional, o Setor das Ies, Ims e Ides avançará nas discussões sobre carreira durante o 15º Conad Extraordinário do ANDES-SN. O evento, que ocorrerá entre 11 e 13 de outubro na UnB, pretende elaborar diretrizes para orientar as lutas de universidades estaduais,

municipais e distrital em defesa da carreira. Na ocasião, também será discutida a atualização do projeto de carreira única de professor federal do ANDES-SN. A importância deste debate foi realçada no mais recente ataque do governo federal, o qual publicou a Portaria nº 5127, de 13 de agosto do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que estabelece diretrizes para elaboração e reestruturação de carreiras. Esta é mais uma ação unilateral do governo Lula, marcada pela ausência de diálogo com as entidades de servidoras e servidores federais ou com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). Assim, é necessário nos prepararmos para novas lutas em defesa da carreira.

Este Informandes trata ainda de dois outros ataques do governo federal. Denunciamos o cariz privatista da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a qual aprofundou o viés empreendedor no campo da produção científica e tecnológica.

Também denunciamos o mais recente e grave ataque do governo Lula:

o bloqueio de mais de R\$15 bilhões do orçamento de 2024. Este ataque significa um profundo desrespeito às promessas feitas pelo governo Lula, seja em sua campanha eleitoral, seja durante as negociações para encerrar a greve. O ANDES-SN vem preparando ações de denúncia e pressão sobre o governo. É importante destacar a construção do dia 05 de setembro como um Dia Nacional de Luta pela efetividade de direitos e cumprimento do acordo de greve, com atividades em Brasília e nos locais de trabalho.

Finalmente, avançamos na denúncia do genocídio na Palestina. No mês em que se completaram 10 meses de ataques ininterruptos realizados pelo Estado de Israel contra o povo palestino, esta edição do Informandes apresenta um chamado para intensificar o apoio ao Movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) ao Estado de Israel.

Toda solidariedade ao povo palestino! Não é guerra, é genocídio!

Pelo cumprimento do acordo da greve da educação federal!

Contra os bloqueios no orçamento e pela retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente!

UNIVERSIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAL

QUEM CONHECE, DEFENDE!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregenio MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

15º Conad Extraordinário discutirá projeto de Carreira do Sindicato Nacional

CON¹⁵D
EXTRAORDINÁRIO
DO ANDES-SN



“MOVIMENTO DOCENTE E CARREIRA: UMA LUTA HISTÓRICA DO ANDES-SN”

11 A 13 DE OUTUBRO (2024) - Brasília (DF)



ANDES
SINDICATO NACIONAL

Entre os dias 11 e 13 de outubro, o ANDES-SN realiza seu 15º Conad Extraordinário. A atividade ocorrerá na Universidade de Brasília, na capital federal, e terá como tema central “Movimento Docente e Carreira: uma luta histórica do ANDES-SN”.

O evento é uma deliberação da categoria, com o objetivo de atualizar o projeto de carreira única de professor federal do ANDES-SN. O Projeto de Lei que consolida o Plano de Carreira e Cargo de Professor Federal foi aprovado no 30º Congresso do Sindicato Nacional, em 2011, após amplo processo de debate na categoria.

“O cronograma está sendo proposto no seguinte desenho. Vamos fazer sexta, sábado e domingo, dos dias 11 ao dia 13, começando no dia 11, no início da tarde, com as questões de praxe: plenária de mesa de abertura, plenária de instalação e, na sequência, nós vamos incluir a plenária de conjuntura e movimento docente na luta pela carreira. Não vai ser uma análise de conjuntura, como nos outros eventos. Dessa vez, será temática e vai envolver o tema do Conad Extraordinário”, explicou Jennifer Webb, 1ª tesoureira do Sindicato Nacional.

O 15º Conad Extraordinário contará com um caderno de textos, cujas contribuições podem ser enviadas à secretaria do sindicato até o dia 16 de setembro. “O caderno de texto tem

como objetivo coletar contribuições da base e, obviamente, do conjunto da diretoria, por meio do acúmulo do GT Carreira, do GT Verbas e dos Setores, tanto das federais quanto das estaduais, municipais e distrital, que inclusive fizeram reunião conjunta e já têm um acúmulo para fazer as proposições que serão apresentadas para a categoria por meio desse caderno”, detalhou a diretora do ANDES-SN.

Jennifer lembrou que um dos objetivos do Conad Extraordinário é poder debater a carreira docente com a perspectiva de atualizar algumas questões, especialmente relacionadas aos eixos e princípios, para fazer uma atualização da proposta de Projeto de Lei de Carreira Única, aprovado em 2011. “Já tem mais de uma década dessa aprovação. Então, é importante olhar para esse projeto para ver se ele ainda atende todas as nossas expectativas, as nossas demandas enquanto carreira no Setor das Federais. Além disso, relacionado ao projeto das Federais, a gente também tem a expectativa de debater em torno da carreira das Estaduais, que são diversas em todo o país. É importante que a gente possa apresentar para a categoria essa perspectiva do que é a carreira no Setor das Estaduais, das Municipais e, agora, da Distrital também, que desponta aí como algo a ser debatido a partir das suas especificidades”, acrescentou.

A 1ª tesoureira do ANDES-SN destacou, ainda, a importância de as seções

sindicais enviarem suas representações para o evento. “É fundamental, na discussão de carreira do nosso sindicato, que as seções sindicais estejam representadas, que possam contribuir efetivamente com esse espaço deliberativo. Então, é muito importante que as seções sindicais possam se organizar tanto para debater, no âmbito da base, as proposições que irão no caderno de texto quanto para deliberar por enviar seu delegado ou sua delegada”, afirmou.

Diferente do Congresso, em que a quantidade de delegadas e delegados é proporcional à quantidade de filiados da seção sindical, para o Conad todas as seções sindicais podem enviar apenas um delegado ou delegada com direito a voto. No entanto, a diretora do Sindicato Nacional lembrou que é possível a participação de mais representantes como observadores e observadoras e incentivou as seções, dentro de suas possibilidades de organização, a enviar o maior número de representantes.

“É fundamental envolver o conjunto da categoria para poder, com certeza, deliberar sobre os rumos daquilo que a gente entende e defende enquanto carreira, na perspectiva de construir um projeto único no nosso horizonte, um projeto de carreira única para todos os setores, mas respeitando o tempo, as especificidades de cada uma das frentes que nós temos na organização desse sindicato”, concluiu Jennifer.

Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: Quem conhece, defende!

XX ENCONTRO
DO SETOR DAS ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAL
IEES - IMES - IDES



AUTONOMIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAL

18 A 20 DE OUTUBRO [2024] UERJ-RIO DE JANEIRO

Para dar continuidade à nacionalização da luta do Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (Iees, Imes e Ides), o ANDES-SN intensificará as ações da campanha "Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: quem conhece, defende".

O objetivo é dar visibilidade às lutas encampadas nas instituições que o Setor representa, explorando os grandes temas que envolvem suas reivindicações: condições dignas de trabalho, orçamento adequado para as universidades, autonomia, democracia interna e respeito aos direitos conquistados.

"A campanha terá como foco a nacionalização das lutas dos docentes do Setor. A partir da interiorização do ensino superior promovida pelas Iees, Imes e Ides, iremos destacar o caráter inclusivo dessas instituições. Neste sentido, a campanha procura valorizar o trabalho docente, por meio da presença de nosso sindicato em todos os lugares onde se encontra uma professora e um professor", explica Alexandre Galvão, 2º secretário do ANDES-SN.

De acordo com o diretor, que também

integra a coordenação do Setor das Iees, Imes e Ides, outro foco da campanha é dar materialidade às resoluções do 67º Conad, realizado em julho deste ano, em Belo Horizonte (MG). Dentre as deliberações do Setor, a categoria aprovou que a campanha "Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: quem conhece, defende" incorpore a defesa de concurso público nas Iees, Imes e Ides, entendendo a realização de concurso como necessária para combater a precarização do trabalho docente, sempre associada com a continuidade da defesa de condições de trabalho isonômicas a docentes com contratos temporários, e garantindo as cotas no serviço público, previstas na legislação vigente, respeitando as políticas de reparação e ações afirmativas.

Outra deliberação do 67º Conad foi que a campanha desenvolvida pelo Setor também incorpore a luta pela garantia da dedicação exclusiva na realização de concurso público para docentes das Iees, Imes e Ides. "Em todas instituições estaduais, municipais e distrital percebe-se uma grande quantidade de professoras e professores temporários, fruto da ausên-

cia de realização de concursos públicos, que contribui para a precarização do trabalho docente tanto dos concursados, que em sua grande maioria estão com uma carga horária em sala de aula "estourada", dificultando as outras atividades de pesquisa e extensão, quanto para os substitutos, cujos contratos de trabalho são firmados com salários aviltantes. Neste sentido, o 67º Conad aprovou a luta imediata por concursos públicos, sob o regime de trabalho de 40 horas, com Dedicação Exclusiva, bandeira que o ANDES-SN defende em seu projeto de Universidade", detalha Galvão.

Materiais da campanha

O lançamento da campanha ocorreu em 20 de maio, no primeiro dia da Semana Nacional de Luta do Setor das Iees, Imes e Ides. O principal meio de divulgação foi através de vídeos, postados nas redes sociais do Sindicato Nacional. Desde então, já foram abordados temas como as greves nas estaduais do Ceará, Minas Gerais e Pará, as atividades da Semana de Lutas nas seções sindicais, a Lei Geral das Universidades (LGU) do Paraná e

as conquistas das greves do Setor.

Também foram desenvolvidos outros materiais, como faixas, blocos, bottons, canetas e camisas, cujas artes foram encaminhadas às seções sindicais, através da circular 344/2024.

Alexandre Galvão reforça a importância das seções sindicais se engajarem na campanha e na sua divulgação. “A campanha só chegará aos filiados se as seções sindicais reproduzirem o material e os distribuírem aos docentes. A campanha ajuda a criar identidade da base com o sindicato, além de levar ao conhecimento de todas e todos as lutas regionalizadas”, ressalta.

Outras resoluções do 67º Conad

Para fortalecer a luta das Iees, Imes e Ides, a categoria aprovou ainda outras resoluções na atualização do plano de lutas do Setor, durante o 67º Conad. Foi deliberado que o ANDES-SN, por intermédio das secretarias regionais, estimule as seções sindicais e fóruns estaduais nos estados, municípios e Distrito Federal a produzir análises e publicações, a partir de dados específicos da pesquisa sobre financiamento das universidades. Esses materiais deverão incorporar questões como informações sobre renúncia fiscal e análise de fatores específicos das políticas governamentais que explicam os dados.

Também foi aprovado que o Sindicato Nacional, através das regionais, estimule o debate sobre carreira docente, como atividade preparatória para o 15º Conad Extraordinário, que ocorrerá em outubro deste ano, na capital federal.

Encontro Nacional

Outra ação para aprofundar o debate sobre as pautas das professoras e dos professores das universidades estaduais, municipais e distrital é o XX Encontro Nacional do Setor das Iees, Imes e Ides. O evento será realizado de 18 a 20 de outubro, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O tema geral do encontro será “Autonomia e condições de trabalho nas Universidades Estaduais, Municipais e Distrital”. A programação conta com painéis e mesas redondas que abordarão a situação salarial nas universidades, a criminalização das lutas, a autonomia universitária e de cátedra, a carreira, o adoecimento docente e o financiamento das instituições. Confira a programação no box.

Uma das atividades previstas é um painel das seções sindicais, no qual cada seção terá 10 minutos para relatar as principais lutas em desenvolvimento. Os relatos incluem informes sobre a situação salarial e de carreira, podendo ainda, dentro do tempo indicado, incorporar outras questões. As seções que desejarem enviar um relato mais completo podem fazer por escrito, o qual será incorporado ao Relatório Final do Encontro.

“O evento é o principal espaço de acúmulo e discussão do Setor, sendo fundamental para a preparação do TA e TR da diretoria para o próximo congresso do ANDES-SN”, destaca o 2º secretário do Sindicato Nacional.

As e os representantes das seções sindicais devem confirmar a presença até o dia 15 de outubro, por meio do preenchimento do formulário disponível

no link enviado na circular 345/2024.

Representantes das seções sindicais do Setor das Iees, Imes e Ides com até 200 filiados e filiadas, em dia com o repasse à tesouraria do ANDES-SN, poderão ter suas despesas com passagem, hospedagem e diária custeadas pelo caixa nacional, desde que seja solicitado até o dia 25 de setembro. A circular 345/2024 ressalta que este dispositivo só pode ser utilizado por um ou uma representante por seção sindical.

Acesse o formulário



PROGRAMAÇÃO DO XX ENCONTRO DO SETOR DAS IEEES-IMES-IDES

SEXTA FEIRA - 18/10

16h – Credenciamento;
17h – Café;
17h30 – Mesa de abertura;
18h – Painel com apresentação das seções sindicais.

SÁBADO - 19/10

9h – Mesa: Criminalização das lutas, carreira e autonomia;
12h – Almoço;
14h – Pesquisa sobre o financiamento das Iees-Imes-Ides: experiências e possibilidades locais de utilização dos dados da pesquisa pelos GT verbas e Fóruns;
16h – Mesa: Condições de trabalho e adoecimento docente;
19h – Café.

DOMINGO - 20/10

9h – Plenária final - Discussão das resoluções do 42º Congresso do ANDES-SN e 67º CONAD e proposição de novos encaminhamentos para o 43º Congresso do ANDES-SN.

Governo prioriza arcabouço fiscal e bloqueia R\$ 15 bilhões do orçamento deste ano

Ao priorizar meta de déficit zero, governo ataca a Educação e descumpre promessas feitas durante a greve da educação federal

Sob a justificativa do aumento dos gastos obrigatórios com Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e Previdência Social, o governo federal anunciou o congelamento de R\$ 15 bilhões em despesas discricionárias do orçamento de 2024. A medida foi oficializada pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (Decreto 12.120/24), publicado em edição extra do Diário Oficial da União, no dia 30 de julho.

De acordo com o governo, a medida visa garantir o cumprimento da meta de déficit zero para este ano, conforme estabelecido pelo Regime Fiscal Sustentável, também conhecido como Novo Arcabouço Fiscal (Lei Complementar 200/2023). Esse mecanismo de controle das despesas discricionárias e dos investimentos sociais substituiu o antigo Teto de Gastos, que foi aprovado em 2016 - a Emenda Constitucional (EC) 95, durante o governo ilegítimo de Michel Temer (MDB).

“O anúncio do governo federal de novos bloqueios e contingenciamentos deixa explícita a política econômica do governo para os anos seguintes da gestão. Desde a transição de governos e a construção de uma nova proposta de Arcabouço Fiscal, materializada na LC 200/2023, está demarcada a continuidade dos efeitos da EC 95/2016 [Tetos dos Gastos] para o financiamento da Educação”, criticou Emerson Duarte, da coordenação do Grupo de Trabalho Verbas (GTVerbas) do ANDES-SN.

Dos R\$ 15 bilhões suspensos, o decreto bloqueia R\$ 11,2 bilhões

em despesas nos ministérios e contingência R\$ 3,8 bilhões. Desse total, R\$ 9,2 bilhões foram em despesas discricionárias do Poder Executivo, R\$ 4,5 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), R\$ 1,09 bilhão em emendas de comissão e R\$ 153 milhões de emendas de bancada. As emendas parlamentares individuais foram poupadas.

O ministério da Saúde foi o mais prejudicado (R\$ 4,4 bilhões), seguido pelos ministérios das Cidades (R\$ 2,1 bilhões), dos Transportes (R\$ 1,5 bilhão) e da Educação (R\$ 1,2 bilhão).

De acordo com o Arcabouço, o bloqueio é acionado quando os gastos do governo ultrapassam 70% do crescimento da receita (impostos, taxas, contribuições, entre outros) acima da inflação. São valores que ainda podem ser empenhados e pagos nesse exercício e que se referem ao limite total de gastos. O contingenciamento, por

outro lado, é utilizado para lidar com a falta de receitas necessárias para cumprir o superávit primário — o saldo positivo entre receitas e despesas do governo, excluindo o pagamento dos juros da dívida pública brasileira.

“A redução do orçamento vai incidir, diretamente, no conjunto das universidades federais, institutos federais e Cefets, assim como na Capes e nos Hospitais Universitários. Ainda não temos os dados precisos de cada instituição, mas em breve essas informações virão a público, para que se possa realizar as devidas análises do peso que terá na série histórica de financiamento da educação federal”, disse o diretor do Sindicato Nacional.

Programas afetados

O prazo para que os ministérios indicassem os programas que seriam afetados por bloqueios e contingenciamentos terminou no dia 6 de agosto.



O ANDES-SN entrou em contato com o Ministério da Educação (MEC) para obter informações sobre quais programas sofreram essas medidas. Segundo o MEC, os recursos serão remanejados ao longo do segundo semestre conforme a execução dos programas.

O órgão também informou que está em constante articulação com a equipe econômica do governo, continua avaliando as medidas publicadas no Decreto 12.120 e “trabalha para preservar ações dos demais programas mais emergenciais para a Educação do Brasil, de modo que, com a melhoria do cenário econômico, haja reprogramação da execução.”

PAC das Universidades

O novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), que abrange áreas como educação, transporte, energia, habitação, saneamento e mobilidade urbana, também será afetado com o decreto que reduz seu orçamento em R\$ 4,5 bilhões. Com isso, o programa, que inicialmente destinava R\$ 5,5 bilhões para a consolidação e expansão das universidades, institutos e hospitais universitários federais, poderá sofrer ajustes.

A promessa com o PAC para as instituições incluía a criação de 10 novos campi nas universidades federais, a retomada de obras e a consolidação de projetos para estruturar a rede federal de ensino, além de melhorias na assistência estudantil, como refeitórios, moradias e centros de referência.

Em resposta a questionamentos do ANDES-SN sobre quais ações seriam impactadas pelo congelamento, a assessoria da Casa Civil, responsável pela coordenação do PAC, afirmou que “a previsão é de que haja uma redução no volume de repasses programados, mas sem comprometer a execução de obras e projetos”.

A pasta destacou que o contingenciamento e bloqueio do orçamento representam 20% dos recursos disponíveis para investimentos no Novo PAC em 2024. De acordo com a assessoria, “a partir da calibragem do fluxo de repasses, será possível manter os projetos em curso” e que, apesar de coordenar o programa, são os ministérios setoriais que acompanham a execução na ponta, bem como os repasses para os entes com contratos firmados.

A mídia tem noticiado que o congelamento dos recursos no PAC afetará as

ações de consolidação, reestruturação e modernização de universidades (R\$ 183 milhões), hospitais universitários (R\$ 11,4 milhões) e institutos federais (R\$ 237 milhões). Em junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) havia anunciado a liberação de verba exclusiva para a Educação, durante a greve das professoras e dos professores de universidades, institutos federais e Cefets.

De acordo com Elaine Behring, professora titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/Uerj) e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS), o governo federal, ao priorizar o arcabouço fiscal, ataca a educação pública, descumprindo suas promessas de campanha e as realizadas durante a greve.

“Mais uma vez, as IES federais estão de pires na mão para pagar contas, das mais elementares às mais sensíveis, como a permanência estudantil. Houve uma leve recuperação dos orçamentos das instituições federais no primeiro ano de governo. No entanto, mais uma vez, estamos discutindo o cobertor curto do orçamento público, enquanto os gastos financeiros sequer são postos em questão. Mais uma vez, os direitos sociais e da educação são atacados pela via do ajuste fiscal, numa espécie de crônica de uma tragédia anunciada”, ressaltou.

Ajuste fiscal permanente

Segundo a docente da Uerj, o ajuste fiscal no Brasil é uma constante desde os anos 1990 e que se combinou com as contrarreformas do Estado e o subfinanciamento e/ou desfinanciamento

CONTENÇÃO DE GASTOS

OS 10 MINISTÉRIOS MAIS AFETADOS

o Ministério da Saúde registrou o maior congelamento de gastos, de R\$ 4,4 bilhões



*Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

R\$ 15 bilhões

Saúde, Cidades, Transportes e Educação arcam com 62% (R\$ 9,4 bilhões)

Fonte: com base no decreto nº 12.120, de 30 de julho de 2024



crônicos de políticas públicas e sociais fundamentais ao longo dessas décadas, independentemente das variações nas gestões dos diferentes governos.

“O Brasil vive em um ambiente de ajuste fiscal permanente e urgência econômica, desde o Plano de estabilização da moeda, de 1994, o Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995, e especialmente a partir do acordo com o FMI [Fundo Monetário Internacional], de 1999. Esses marcos estabeleceram permanências na política econômica brasileira, que partem do pressuposto de que a crise econômica e a inflação decorrem do descontrole do gasto público, de que se trata de uma crise do Estado e não do capitalismo”, explicou.

A docente elucida que o ajuste fiscal “penaliza políticas públicas fundamentais, para cumprir obrigações financeiras de pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, remunerando regamente os credores internos e externos. Pois, vale dizer, a dívida interna hoje é maior que a externa”. A dívida pública brasileira consumiu mais de R\$1,8 trilhão em 2023, comprometendo quase metade do orçamento (43,2%).

De acordo com a coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social, a Emenda Constitucional 95 e outras medidas correlatas ampliaram o impacto do ajuste fiscal, no contexto do impeachment de Dilma Rousseff (PT).

“Isso configurou uma política econômica ultraneoliberal, que se alinhou ao governo neofascista entre os anos de 2019 e 2022. Foi nesse período que foi também criado o ‘orçamento

secreto’, diga-se, as emendas do relator do orçamento no Congresso Nacional, que foram declaradas inconstitucionais pelo STF, mas que, ademais, manteve as emendas de comissão e individuais, que nunca atenderam às requisições de transparência da Corte Suprema”, denunciou Elaine Behring. As emendas são propostas por parlamentares para influir na alocação de recursos públicos, podendo ser individuais, de bancada, de comissão ou da relatoria.

Emendas de Relator e Transparência

No dia 14 de agosto, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu todas as emendas impositivas apresentadas por deputadas, deputados, senadoras e senadores ao orçamento da União, até que o Congresso edite novos procedimentos para garantir que a liberação dos recursos atenda aos requisitos de transparência, rastreabilidade e eficiência. Emendas impositivas são todas as emendas individuais de transferência especial – essas conhecidas como Emendas Pix –, emendas individuais de transferência com finalidade definida e emendas de bancadas.

A decisão liminar foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7697, requerida pelo PSol. No entanto, ficaram ressalvados os recursos destinados a obras já iniciadas e em andamento, bem como ações para atendimento de calamidade pública formalmente declarada e reconhecida.

Além da ADI 7697, outras duas decisões do ministro relator Flávio Dino sobre emendas impositivas,

incluindo as “emendas Pix”, também serão votadas: as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7695 e 7688. Nessas ações, o relator considerou que os recursos repassados por “emendas Pix” só poderiam ser utilizados se cumprissem os requisitos constitucionais de transparência e rastreabilidade.

Parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal tentam reverter a decisão do ministro Flávio Dino. Considerada por críticos como uma disputa entre Poderes, a situação, segundo Elaine Behring, mostra que o Congresso Nacional deve participar da definição do orçamento, alocando recursos de forma geral para políticas públicas, em vez de focar em suas bases ou adotar uma estratégia de troca de favores com o Executivo.

Em uma recente reunião do STF, foram discutidas questões sobre as emendas de relator (RP9) e de comissão (RP8), conhecidas como orçamento secreto. Uma comissão foi formada para mapear e relatar a transparência e os impactos dessas emendas, com uma nova reunião agendada para 21 de agosto. No final de 2022, a Corte declarou inconstitucional o chamado orçamento secreto.

“As emendas parlamentares também são uma forma de gambiarra, dada a sua intransparência na alocação e execução, o que gerou uma recente indagação no STF. Elas são expressão do clientelismo e do patrimonialismo da cultura política brasileira e terminam por tirar recursos preciosos de políticas públicas fundamentais ou fazer com que esses não sejam aplicados

sob os critérios do SUS [Sistema Único de Saúde], SUAS [Sistema Único de Assistência Social] ou do PNE [Plano Nacional de Educação]. Isso resulta em prioridades inteiramente distorcidas em um país tão desigual, que requisita um boom de recursos - acompanhado de sua gestão pública e democrática – para áreas como Saúde, Educação, Meio Ambiente, etc. O orçamento público brasileiro, nesse ambiente de ajuste fiscal, remunera os ricos”, afirma Elaine.

Fundo público

A partir de deliberações do 42º Congresso e do 67º Conad do ANDES-SN, realizados em julho deste ano, dentre as atualizações referentes ao GT Verbas, foi aprovada a realização de um estudo abrangente sobre o fundo público federal no Brasil. Essa avaliação destacará os gastos tributários da União, as isenções de impostos, a desoneração fiscal, a dívida pública federal e as emendas parlamentares, que têm afetado significativamente a autonomia universitária e o financiamento governamental das instituições

federais de ensino superior, além de utilizar essas instituições para práticas de fisiologismo eleitoral.

O Sindicato Nacional também enviou uma circular solicitando que as seções sindicais forneçam informações sobre como o Decreto 12.120/2024 está afetando suas instituições, a fim de elaborar um relatório sobre os efeitos desse bloqueio nas instituições federais.

“Já existem dados sobre o financiamento das universidades, institutos federais e Cefet, assim como da Capes e do CNPQ, além de se ter dados referentes aos gastos tributários, a dívida pública federal e as emendas parlamentares. O aprofundamento desses dados cumprirá a função de detalhamento dessas informações e de construção de ferramentas para que o conjunto da categoria possa se apropriar dessas informações com facilidade e qualidade para a realização das ações de mobilização e enfrentamento ao governo na atual conjuntura”, explicou Emerson Duarte, da coordenação do GTVerbas e 2º vice-presidente da Regional Norte II do ANDES-SN.

No dia 31 de agosto, o Projeto de

Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 será apresentado ao Congresso Nacional, trazendo novas diretrizes e desafios para o próximo ano.

Impacto dos bloqueios nas IFE

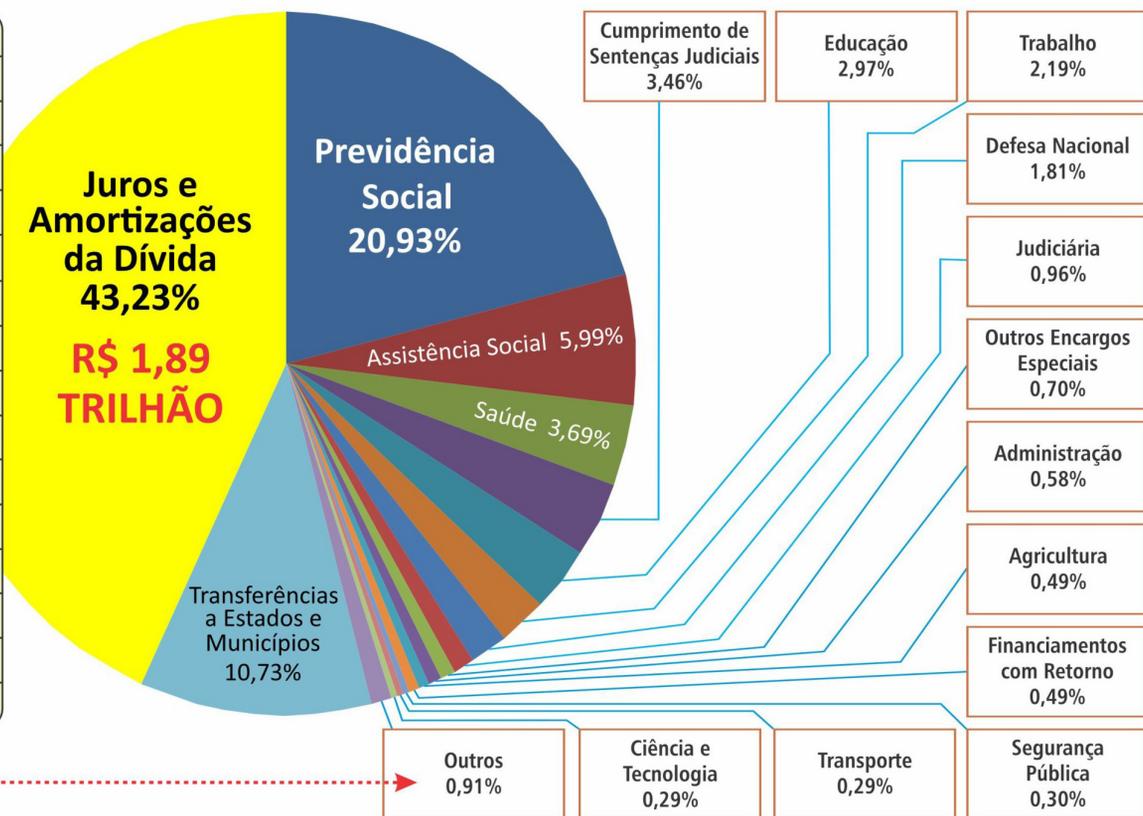
Com a finalidade de produzir um relatório sobre o impacto desse bloqueio orçamentário nas instituições federais de ensino, o ANDES-SN está realizando um levantamento junto às seções sindicais. A entidade solicitou, através da circular 346/2024, que as seções sindicais informem o impacto do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (decreto 12.120/2024) no funcionamento das instituições.

A diretoria do Sindicato Nacional sugere que sejam enviadas informações sobre os valores retidos, impactos imediatos sobre pagamento de serviços básicos ou programas de inclusão, acesso e permanência e outros que a seção sindical julgar pertinente.

Os dados devem ser enviados para o e-mail secretaria@andes.org.br, com o assunto: "impacto do bloqueio" e o nome da instituição.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

OUTROS (%)	0,9110
Essencial à Justiça	0,2080
Legislativa	0,1820
Gestão Ambiental	0,0895
Relações Exteriores	0,0887
Organização Agrária	0,0596
Comunicações	0,0564
Cultura	0,0524
Comércio e Serviços	0,0477
Indústria	0,0446
Urbanismo	0,0275
Energia	0,0240
Direitos da Cidadania	0,0193
Desporto e Lazer	0,0080
Saneamento	0,0034
Habitação	0,0000



Fonte: Painel do Orçamento Federal - www1.sioop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opedoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40palk04&anonymous=true&sheet=SH06
 Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 24/1/2024. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GNDs 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), "Cumprimento de Sentenças Judiciais" (Programa 0901), "Financiamentos com Retorno" (Programa 0902) e "Outros Encargos Especiais" (restante da função).

Em 2023, quase metade do orçamento da União foi para o pagamento de juros e amortização da dívida pública, enquanto a Educação recebeu apenas 2,97% dos recursos

ANDES-SN convoca categoria a intensificar boicote a Israel em apoio ao povo palestino

Guerra de Israel já assassinou cerca de 2% da população palestina; maioria de mortos são mulheres e crianças



Foto: ONU

Desde outubro de 2023, quando Israel elevou à escala de guerra os ataques contra a Palestina, mais de 40 mil palestinos e palestinas foram assassinados na região de Gaza pelo exército israelense, o que representa cerca de 2% da população palestina. De acordo com o ministério da Saúde da Palestina, a maioria das pessoas mortas são mulheres e crianças. Outras 92.152 pessoas foram feridas nos ataques perpetrados por Israel.

Segundo dados das autoridades palestinas, devido ao colapso do sistema de saneamento, cerca de 1,7 milhão de pessoas sofrem de doenças infecciosas. Centenas de integrantes de equipes médicas, defesa civil e jornalistas também foram assassinados. E 175 centros de abrigo foram alvos do exército israelense. Escolas e todas as universidades da Palestina também foram bombardeadas.

BDS

Diante do extermínio do povo palestino, o ANDES-SN está atuando em diversas frentes para denunciar o genocídio praticado por Israel, além de prestar solidariedade e apoio ao povo palestino e sua causa. Entre as ações, o 67º Conad, realizado em julho, aprovou lutar para que o governo brasileiro, nas diferentes esferas, rompa relações diplomáticas, comerciais, militares e acadêmicas com o governo de Israel. Isso significa também intensificar o boicote ao Estado de Israel, suas empresas e aquelas

que contribuem ou pactuam com a política do governo israelense.

De acordo com Luis Eduardo Acosta, encarregado de Relações Internacionais do ANDES-SN, o Movimento BDS - Boicote, Desinvestimento e Sanções - ao Estado de Israel segue uma forma de resistência que já foi ensaiada no caso do apartheid da África do Sul, nos anos 80 e 90 do século passado. “O boicote praticado na África do Sul foi um insumo positivo na luta pela derrubada do regime de apartheid. É uma forma de resistência não-violenta e uma forma de praticar a solidariedade internacional por parte da sociedade civil”, recorda.

Conforme o diretor, no caso da Palestina, o BDS começou no ano de 2005, com os objetivos de pressionar pelo fim imediato da ocupação militar e colonização de terras árabes e a derrubada do muro do apartheid, que vem sendo construído na Cisjordânia desde 2002, dividindo terras, famílias e impedindo os palestinos do direito elementar de ir e vir; em defesa de direitos civis iguais para todos os atuais habitantes do território histórico da Palestina, sejam palestinos ou judeus; o respeito ao direito de retorno dos refugiados palestinos as suas terras e propriedades, das quais vêm sendo expulsos desde 1948, quando foi criado o Estado de Israel.

“O BDS, frente ao insucesso do avanço da pauta da descolonização, do freio ao apartheid no âmbito das Nações Unidas e

da falta de vontade política de Israel, estimula a comunidade internacional a rejeitar relações - por meio de boicotes econômicos, acadêmicos e culturais, desinvestimentos e sanções - com instituições israelenses e empresas envolvidas na perpetuação do apartheid, do estabelecimento de assentos coloniais, da ocupação militar e de políticas discriminatórias contra o povo palestino, atuando de certa forma com mais uma forma de pressão para a ocorrência de futuras negociações”, acrescenta o 2º vice-presidente do Sindicato Nacional.

Segundo Acosta, já existem experiências de resistência e de ruptura de relações acadêmicas com universidades do Estado de Israel, que contribuíram para sensibilizar a opinião pública sobre a situação do povo da Palestina. O site Universidades Pela Palestina, destaca que o chamado de solidariedade ao povo palestino tem sido respondido por parte da comunidade acadêmica de universidades de vários países, através do boicote acadêmico.

“Nos EUA, algumas importantes associações científicas – como a American Anthropological Association, the American Studies Association, the Middle East Studies Association, and the Native American/Indigenous Studies Association – têm adotado resoluções BDS nos últimos anos – além de departamentos e entidades estudantis. O Sindicato Nacional dos Professores irlandeses, a Sociedade britânica para Estudos de Oriente Médio e a União Nacional dos Estudantes do Reino Unido engajaram-se na luta para organizar boicotes em suas universidades”, pontua o site. (<https://universidadespelapalestina.com/>)

No Brasil, universidades como as Federais do Ceará (UFC) e Amazonas (Ufam) e as estaduais de São Paulo – USP e Unicamp – já se posicionaram pela ruptura de contratos com instituições israelenses. “As universidades têm que ser baluartes na defesa dos direitos humanos, e não instrumentos na divulgação de uma ideologia de ódio e de discriminação. Algumas instituições do Estado de Israel não apenas são fontes de divulgação da proposta de limpeza étnica, como também de construção de dispositivos de vigilância e controle da

Foto: UNRWA



população nos territórios da Palestina, assim como de armas letais utilizadas para a colonização e a opressão do povo palestino. O movimento docente pode pressionar as autoridades universitárias nesta direção. Também pode contribuir através do seu trabalho específico, no ensino, na pesquisa e na extensão, na divulgação da causa palestina e no repúdio ao apartheid, à colonização e o imperialismo”, reforça o encarregado de Relações Internacionais, convocando a categoria docente a intensificar as ações de boicote em apoio ao povo palestino.

Apartheid

Outra resolução do 67º Conad foi que o “ANDES-SN e suas seções sindicais apoiarão, inclusive, a reativação do Comitê da ONU contra o crime de apartheid”. Luis Acosta lembra que a ONU promulgou a Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid no ano de 1973. Em 1974, a África do Sul foi suspensa da Assembleia Geral da ONU devido à sua política de apartheid. Mais tarde, em 1978, a Unesco, órgão da ONU, realizou a primeira Conferência Mundial

contra o Racismo, em Genebra, no intuito de combater práticas racistas em suas várias formas no mundo.

“Esse é mais um instrumento de política internacional para promover o fim do apartheid, defendido pelos movimentos sociais numa prática de solidariedade internacional. Evidentemente, reconhecemos os limites destas grandes burocracias internacionais, mas é verdade também que há situações e casos particulares em que tem conseguido mitigar esta situação de violação dos direitos humanos”, explica o diretor do Sindicato Nacional.

“Isto se soma à denúncia, na Corte Internacional de Justiça (CIJ), realizada pelo governo da África do Sul e apoiada pelo governo do Brasil e outros, do crime de genocídio praticado pelo Estado de Israel com relação ao povo palestino e o mandado de prisão apresentado pela Tribunal Penal Internacional (TPI) contra o primeiro-ministro de Israel e o ministro de Defesa, por crimes contra a humanidade como parte de um ataque generalizado e sistemático contra a população civil palestina, para cumprir uma política de Estado”, conclui.

ANDES-SN visita embaixada da Palestina

Representantes da diretoria do ANDES-SN e da AdUnB Seção Sindical e docentes da Universidade de Brasília estiveram, em 21 de agosto, na Embaixada da Palestina. Na ocasião, foi entregue um documento do sindicato ao embaixador Ibrahim Alzeben, no qual a entidade expressa apoio e solidariedade ao povo palestino e repudia veemente o genocídio promovido por Israel.

Conforme Alzeben, o documento será traduzido e distribuído às trabalhadoras e aos trabalhadores de seu país. As e os docentes também foram convidados a gravar uma mensagem ao povo palestino, para ser exibida nas tevês palestinianas. Também foi solicitado que o ANDES-SN reúna as publicações da entidade sobre a Palestina, em um material de até 20 páginas, para ser traduzido e divulgado junto à classe trabalhadora palestina.



Acesse o vídeo sobre a visita:



ANDES-SN reforça defesa de financiamento exclusivamente público para Ciência e Tecnologia públicas



Foto: Marcelo Camargo (AgenciaBrasil)

Um dos eixos históricos de luta do ANDES-SN é a defesa da produção de Ciência e Tecnologia públicas. Seguindo esse princípio, o Sindicato Nacional se opôs fortemente ao Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16) desde sua elaboração. O MLCTI foi sancionado em janeiro de 2016 e regulamentado em fevereiro de 2018.

A legislação faz parte de uma série de medidas que expressam os interesses privatistas no campo da produção científica e tecnológica (C&T) no Brasil e que busca legitimar a captura do fundo público por empresas privadas. Além de favorecer e legitimar parcerias público-privadas, promove o chamado empreendedorismo acadêmico, afastando docentes, técnicos e estudantes do compromisso público e os direcionando à lógica da mercantilização da educação e do conhecimento.

“Quando da promulgação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Lei 13.243 de 2016, o ANDES-SN foi a única entidade que se colocou contrária à aprovação desse marco, inclusive contrapondo posições da SBPC, da ABC”, lembra Michele Schultz, da coordenação do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GTC&T) do Sindicato Nacional.

“O Marco de C&T dá margem para a privatização da ciência e tecnologia, inclusive com possibilidade de complementação salarial, por meio de convênios. Tem todo um rebatimento também na política salarial da categoria”, acrescenta a 1ª vice-presidenta

da regional São Paulo do ANDES-SN.

Após a regulamentação do MLCTI, ao menos duas legislações foram aprovadas também com medidas que permitem aprofundar a privatização da Ciência e Tecnologia produzidas por instituições públicas. Uma é a Lei Complementar 177/2021, que inclui programas desenvolvidos por organizações sociais no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e a outra é a Lei Complementar 182/2021, que criou o “Marco Legal das Startups”.

Em 2023, R\$ 9,96 bilhões do FNDCT foram aplicados em projetos de pesquisa para universidades e empresas e em crédito para inovação, um valor 80% superior ao de 2022 e quatro vezes maior que o disponibilizado nas leis orçamentárias entre 2016 e 2019.

Com o avanço da presença do uso da Inteligência Artificial em vários setores produtivos e acadêmicos, o capital também busca se apropriar do fundo público destinado a essa área de desenvolvimento científico e tecnológico.

5ª Conferência Nacional

Nesse cenário, o governo federal realizou a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que aconteceu entre os dias 30 de julho e 1 de agosto deste ano, em Brasília (DF). A quarta edição aconteceu em 2010. O ANDES-SN foi convidado a participar da organização da 5ª Conferência.

No entanto, ao confirmar que o espaço,

assim como outros de reflexão e formulação de políticas públicas, buscaria ampliar e legitimar as parcerias público-privadas e o caráter privatista da produção de ciência e tecnologia públicas, a diretoria do Sindicato Nacional declinou o convite.

“A diretoria decidiu que iríamos lá, mas já imaginando o que eles queriam, que era avançar, inclusive, na segurança jurídica para fazer valer, de fato, a política contida no Marco Legal. Fomos fazer uma espécie de sondagem e isso se confirmou. Coisas como startups, neoindustrialização, Amazônia 4.0, enfim, estava lá todo o delineamento para a privatização da Ciência e Tecnologia. Nós deliberamos, na diretoria, que pediríamos para sair da Comissão Organizadora, porque não participaríamos desse espaço institucional, até porque não tínhamos deliberação da categoria para isso”, explicou Michele.

A diretora do ANDES-SN acredita que a organização da conferência acabou absorvendo algumas críticas apresentadas pela entidade, pois houve mudança nos temas de painéis. Além disso, as evidências mais específicas das propostas de uma política privatista de ciência e tecnologia saíram da programação. No entanto, a atividade continuou sendo patrocinada por duas grandes empresas privadas de tecnologia e inovação. “Para esse tipo de espaço, com esse objetivo, não vamos participar mesmo. Não vamos legitimar uma política com a qual não concordamos”, acrescentou.

Michele Schultz lamenta que o ANDES-SN é uma das poucas entidades dispostas a esse enfrentamento, e que políticas semelhantes vêm sendo implementadas pelos governos nos estados. Segundo ela, a intenção é, inclusive, reativar o movimento pelas ciências e tecnologias públicas, que o ANDES-SN integrava, como forma de fazer o embate em âmbito local e nacional.

“Estamos fazendo a luta de acordo com aquilo que temos deliberado na categoria e denunciando o processo de privatização da ciência e tecnologia. Inclusive, aprovamos agora, [67º] no Conad que temos que lutar por financiamento adequado, exclusivamente público, que atendam os interesses e a pluralidade da classe trabalhadora”, concluiu.